



Apresentação

O sentido do diferente

Prezado(a) leitor(a):

Nestes últimos anos *Raízes* vem tentando incorporar melhorias em todos os aspectos da revista: apresentação, formato, diagramação, estilo, correção lingüística, formatação dos artigos etc. Sem esquecer, obviamente, sua preocupação editorial de respaldar os trabalhos aprovados para publicação em pelo menos dois pareceres favoráveis, emitidos por pessoas com conhecimento no tema. Tudo, aliás, como fruto natural de um aprendizado de vinte anos compartilhados por colegas e ex-colegas.

Uma preocupação comum tem norteado o esforço de todos: a tentativa de construir uma publicação séria, reconhecida no âmbito científico-acadêmico e técnico, na sua área de atuação, algo que pode ser aferido tanto pela demanda da parte da comunidade acadêmica, como pela diversidade institucional de seus pareceristas. Quanto à sua linha temática, ela continua abrangendo as questões sociais, políticas e econômicas relacionadas de alguma forma com o espaço agrário. E ultimamente ampliada pelas novas Linhas de Pesquisa dos Programas que lhe dão sustentação institucional. E, como sempre, sem preterir as discussões teóricas e teórico-metodológicas, que também não nos são estranhas.

O presente volume de *Raízes* traz à luz treze trabalhos de autores diversos, que tratam dos mais variados temas, todos de inegável atualidade e interesse, pelo menos para quem quer estar ‘antenado’ com o que há de ‘diferente’ no país. Isto é daquilo que faz a diferença. E quer descobrir justamente o seu sentido maior, o seu valor social, cultural, político, ético.

Assim, o caráter de vulnerabilidade das populações da região semiárida é o tema do primeiro artigo, de Josemir Camilo de Melo, que avalia as diversas políticas públicas implantadas na Região, em geral instrumentalizadas para a manutenção do *status quo* de dependência e atraso, aspectos recorrentemente marcantes do Nordeste. Já no segundo artigo, Lúcio Oliver Costilla traz para o debate a realidade política e social do continente latino-americano. Nesta região, governos neoliberais, ao se afastarem da condução da política econômica e deixar as decisões nas mãos do mercado, vêm investindo no esvaziamento da democracia, excluindo as maiorias do processo de decisão acerca de questões vitais do desenvolvimento. Daí a necessidade de se questionar a noção de governabilidade que, quando acionada publicamente como um valor intrínseco da democracia, não pode resumir-se a um mero pretexto para a busca de estabilidade e ordem, negando-se à sociedade civil o direito à expressão plena e real dos diversos interesses sociais.

O trabalho seguinte, de Maria Liege Freitas Ferreira, nos conduz a uma questão simultaneamente antiga e atual: a perspectiva *geopolítica* do tratamento da Amazônia. Não é de hoje o interesse político e militar pela Amazônia. Ao contrário, é importante lembrar que, no período entre guerras, a Amazônia aparece como ponto

Apresentação: O sentido do diferente

estratégico nas discussões geopolíticas europeias. No Brasil, o governo varguista, ao instaurar a unidade nacional e sabedor da importância da Amazônia nesses debates, operou no sentido de sua integração econômica ao capitalismo nacional. É importante, no entanto, atentarmos para os condicionantes ideológicos deste debate, tão evidentes no período do Estado Novo, e um tanto mascarados na atualidade.

Pouco se discute o caráter da permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos nas comunidades rurais. No entanto, é preciso reconhecer a existência de *práticas de reciprocidade e de economia da dádiva* em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. O artigo de Eric Sabourin, atualmente atuando na *Nouvelle Calédonie*, no Pacífico ocidental, tem o mérito de mostrar como tais práticas coexistem no marco de uma integração parcial ao mercado, sendo freqüentemente ignoradas pelas políticas e projetos de desenvolvimento local, inclusive pelas propostas de apoio à organização (associações, cooperativas) ou de manejo das infra-estruturas comunitárias (pastagens comuns, recursos hídricos). Da mesma maneira não são consideradas as formas de poder e de representação associadas a essas práticas. O texto apresenta ainda alguns exemplos de incoerência, quando não de aberta contradição, entre as políticas públicas e as tentativas de atualização das formas de reciprocidade no contexto atual por parte das comunidades.

O tema da comunidade reaparece no trabalho seguinte, de Leila Marrach B. de Albuquerque, mas agora no contexto das representações simbólicas “que povoam o imaginário moderno”. A autora traz para o debate o jogo dialético das noções de ‘sociedade’ e ‘comunidade’, no qual a primeira aparece demarcando um ideal de modernidade exorcizada de suas sombras. No entanto, conforme demonstra a autora, o tema da comunidade se mantém, senão como realidade tácita, reconhecida, pelo menos como ameaça ou como utopia.

Por sua vez, Adrián Sotelo Valencia recoloca questões que devem ser objeto de discussão dos cientistas sociais, pois tem inegavelmente uma importância nos dias de hoje, nos quais ocorrem transformações tão radicais na dinâmica da industrialização capitalista e do mundo do trabalho. Questões do tipo: *qual é hoje o ‘sujeito’ da das dinâmicas sociais?* Podemos ainda falar em um *sujeito histórico*? Pois, se é certo que o processo de industrialização (ou de des-industrialização em certos setores) tem hoje um perfil social e econômico radicalmente diferente daquele que o mundo assistiu no século XIX, e nos períodos de crescimento do século XX, não menos convincente foi a base teórica que iluminou a compreensão do processo de nascimento e consolidação do modo capitalista de produção no mundo ocidental. Portanto, em que pese a profundidade e amplitude das mudanças ocorridas na economia capitalista mundial, é preciso indagar tanto sobre a questão ontológica do sujeito histórico, como do papel da classe operária no mundo de hoje, agora dominado por um processo econômico, trabalhista, sindical e político muito mais complexo que a fase inicial e próspera do modo capitalista de produção.

Seguimos, no texto de Dalva Maria da Mota, a examinar o trabalho, agora em uma situação muito concreta: a dos trabalhadores rurais, distribuídos entre permanentes e temporários, empregados na fruticultura irrigada sergipana (baixo São Francisco). Obedecendo a lógicas diferenciadas, o trabalho permanente e o temporário se estruturam a partir da dinâmica das transformações que vêm se processando nas relações de trabalho no Projeto de Irrigação do Platô de Neópolis, que muito bem pode ser visto como exemplo das estratégias do capital agroindustrial na região.

A seguir, três trabalhos enfocam uma temática cara para *Raízes*. No primeiro deles, José Aldemir Freire retoma a questão da viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar, mas agora tendo como perspectiva de análise os efeitos perversos da política agrícola do país nos anos 90. É sabido que, nesta década a política agrícola brasileira se pautou pela redução do crédito agrícola, pela abertura comercial, sobrevalorização cambial e elevação das taxas de juros. Essa política se evidenciou nefasta para a agricultura familiar nordestina, uma vez que só na cultura algodoeira a região perdeu aproximadamente um milhão de postos de trabalho. São dificuldades da agricultura familiar na porção semi-árida, não irrigável, do Nordeste que obviamente não têm a ver com a aridez natural, mas com a *aridez* humana, isto é, com os interesses políticos dominantes e com as

Apresentação: O sentido do diferente

políticas públicas para a região.

No trabalho seguinte, os autores Sabourin, Caron e Gama da Silva nos levam ao sertão da Bahia (Juazeiro), onde antigas áreas devolutas têm sido objeto de um projeto público de regularização de títulos de propriedade coletiva. Examina-se aí a experiência da institucionalização jurídica do uso comunitário dos *fundos de pasto*, situando-a no marco da história fundiária do Nordeste brasileiro e analisando as estratégias dos agricultores engajados no manejo dessas terras. Não se trata apenas da legalização de uma prática ancestral de uso comunitário de recursos naturais produtivos, mas de uma evolução social e econômica, dentro de contexto histórico específico das últimas décadas, quando se observa a mutação rápida nos sistemas de produção e no uso dos fundos de pasto. Deste modo, as organizações de produtores são confrontadas com novas formas de manejo das terras comuns e com negociações para tomadas de decisões individuais e coletivas. Trata-se, sem dúvida, de uma experiência original no uso e redistribuição da terra, de reforma agrária descentralizada e sustentável, assim como de preservação das últimas áreas de vegetação de caatinga.

O trabalho de Delma Pessanha Neves, logo em seguida, retoma o estudo da ação política de atores subalternos, cujas manifestações são analisadas comumente fora do campo de representação institucionalizada. Examinando o caso dos pequenos produtores de cana da região açucareira de Campos, RJ, a autora procura demonstrar como os interesses dominantes procuram assegurar sua posição através de negociações ou de concessões controladas, administrando os avanços das lideranças dos pequenos produtores de cana em direção à apropriação de espaços na representação política formal.

Dois ensaios enriquecem o presente volume de *Raízes*. O primeiro enfoca um debate sobre a própria origem da brasilidade, no qual o autor, Márcio Caniello, faz um “balanço” da gênese da formação nacional da sociedade brasileira. Tendo em vista um objetivo mais mediato, qual seja, o de superar a “nossa incapacidade em contrabalançar autocrítica e auto-estima quando nos avaliamos como um *povo*”, o autor traz para o foco da análise dois processos essenciais da construção nacional, ambos fundamentais para o processo de constituição do *ethos* brasileiro: a formação do povo, articulada à defesa do território, e a configuração da cidadania. O autor vai buscar as “potencialidades do povo” na primeira expressão cultural genuinamente nacional, ou seja, na *guerra brasílica*, no contexto da luta vitoriosa, encetada por lusos e índios, contra a invasão holandesa no século XVII. O que no entanto não impediu, pelo contrário, configurou uma espécie de “cidadania à brasileira”, firmada sobre o *estatuto da desigualdade*, base ética da exclusão social, e hoje o nosso principal “problema nacional”.

O segundo ensaio, de autoria de Eric Sabourin, retoma a relação entre meio-ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido brasileiro no contexto da globalização. A partir do acompanhamento de diversos projetos de desenvolvimento rural local, existentes no Agreste e no Sertão nordestinos, o autor aponta para a necessidade de completar o enfoque da viabilidade econômica e da viabilidade ecológica pela consideração de uma viabilidade social, fundada na diversidade das formas de organização local e em um ambiente institucional mais favorável, o que leva ao exame das políticas locais de desenvolvimento sustentável, em particular quanto à gestão do meio ambiente, ao manejo e à recuperação dos agro-ecossistemas que constituem a base da agricultura familiar nordestina. Examinando os principais obstáculos para a aplicação local do *desideratum* oficial sobre desenvolvimento sustentável, o autor fornece alternativas e pistas que se situam em geral no âmbito da organização dos agricultores, como também na produção e no reconhecimento público de referências técnicas exitosas no manejo dos agro-ecossistemas.

Finalmente, encerramos o presente volume, com um artigo-resenha, no qual Edwin Reesink nos apresenta um quadro sucinto da participação, pouco conhecida, dos povos indígenas no movimento socioreligioso de Antonio Conselheiro. O trabalho, que se integra no contexto das atividades do *PINEB*, o *Programa de Pesquisa sobre os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro*, tem também o valor de uma resenha crítica de estudos anteriores sobre o movimento de Canudos. Examinando a atração exercida pelo movimento de Antonio Conselheiro sobre grupos indígenas do sertão baiano, o autor desenvolve noções como “regime de salvação” e “enteotopia”, como alternativas novas para a interpretação do movimento de

Apresentação: O sentido do diferente

Canudos em uma direção diferente das interpretações correntes.

A avaliar pela disposição da equipe de *Raízes*, podemos anunciar o próximo número (*Raízes 21*) para fins de Agosto de 2001. Ainda neste ano poderemos ter um número temático (eventualmente sobre *Agricultura Familiar* no Nordeste) e um número regular, dentro do esforço da revista de ajustar o calendário oficial (da capa) com a data efetiva de fechamento e impressão da revista. Os Programas de Pós-Graduação que nos dão suporte institucional e financeiro e que têm viabilizado a publicação desta revista, o antigo Mestrado em Sociologia Rural, hoje, *Programa de Pós-graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado)* e o *Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional (Mestrado)*, reafirmam sua intenção de continuar o processo de construção deste periódico, que se torna, gradativamente, uma referência nacional na discussão sociológica e econômica dos temas agrários e da questão do desenvolvimento local e regional sustentável.

Cabe finalmente agradecer a tantos quantos colaboraram de forma direta ou indireta, na realização deste número. Dois registros à parte, a *Maria Sonia Pereira de Azevedo*, nossa Secretária, que não mediu esforços no pouco tempo que dispõe para *Raízes*, e outro, aos *pareceristas*, que atuaram não apenas como juízes imparciais e rigorosos, mas colaboradores abertos a tantas sugestões que melhoram a precisão técnica e a qualidade dos trabalhos publicados.

Solicitamos a todos os nossos leitores e colaboradores que nos escrevam – inclusive via e-mail – informando sua opinião sobre o novo formato de *Raízes*, bem como sobre a qualidade/oportunidade dos trabalhos publicados. Não é preciso dizer que todo tipo de sugestão é bem-vinda.

Por último, mas não menos importante, um pedido e um aviso aos nossos (futuros) colaboradores: *Raízes* receberá trabalhos a qualquer tempo, encaixando o trabalho aprovado no volume em preparação; em segundo lugar, pede-se o cumprimento estrito das normas para envio de trabalhos para publicação, pois isso poderá diminuir em muito o tempo de avaliação dos textos e agilizar o processo de produção da revista.

Cordialmente,

Edgard Malagodi
Editor